

Luta em três rounds no CE

O objetivo da facção criminosa que comandou os ataques no Estado não é vencer o aparelho repressivo, mas sim provocar uma negociação. Outros grupos se aproveitarão da situação

Guaracy Mingardi

1 de outubro de 2019

JOÃO DIJORGE/PHOTO PRESS/FOLHAPRESS



Ônibus de transporte de funcionários na região metropolitana de Fortaleza, incendiado na última quarta-feira (25). Outros veículos foram alvos dos criminosos no Ceará

Nos últimos dias, uma organização criminosa cearense, os Guardiões do Estado (GDE), retomou uma prática que é o principal método de luta contra o controle do Estado sobre os presídios. O primeiro round foi em 2017, causado pela transferência de 360 detentos para outros presídios, sobre os quais não tinham controle. Membros das organizações criminosas atacaram e/ou incendiaram 22 ônibus, quatro delegacias, dois bancos e a antiga sede da Guarda Municipal de Fortaleza, entre outras coisas.

O segundo round veio em janeiro deste ano. A onda de violência começou no dia 2 e foi motivada por uma declaração do novo secretário de administração prisional de que iria acabar com a divisão de presos de acordo com a organização criminosa. Mais uma vez, o que estava em jogo era o controle dos presídios.

Durante os ataques, foram queimados alguns ônibus e uma estação de rádio, destruídas lâmpadas de iluminação urbana, tiros foram disparados contra prédios públicos e houve uma tentativa de explodir um viaduto. Nesse momento, eles já não estavam buscando confronto direto com a polícia. Seguindo a tendência desses conflitos, os ataques começaram com muita intensidade, mas depois de uma semana perderam fôlego, apesar de terem durado quase um mês. No período foram registrados quase 300 casos e presos cerca de 400 indivíduos.

Agora começou o terceiro round. Mais uma vez, por questões ligadas ao sistema penitenciário. As principais alterações são que agora os Guardiões do Estado estão sozinhos e que a ordem para atacar não veio apenas de dentro dos presídios. Bilhetes encontrados mostram que também houve participação de líderes em liberdade. Ocorreram ataques contra ônibus, aparentemente o

alvo favorito dos criminosos, carros numa concessionária de um bairro chique, caminhões, uns poucos prédios públicos, torres de telefonia, etc. Com um detento, teria sido encontrado um bilhete dizendo para atacarem shoppings, supermercados, postos de gasolina e concessionárias.

Essa mudança de alvos mostra que a estratégia vem sendo alterada a cada ação. Deixando de lado o Estado e visando propriedades particulares. Afinal, o objetivo deles não é vencer o aparelho repressivo do estado num combate, mas sim provocar uma negociação. E isso depende mais do medo e do transtorno causado à população do que de matar policiais. Aliás, desde os ataques do PCC em São Paulo, em 2006, essa estratégia já mostrou que matar policiais provoca represálias e mortes, enquanto queimar propriedade particular só conduz à cadeia.

Do outro lado do conflito está a PM, que prendeu em flagrante mais de 100 criminosos com a mão na massa. E a Polícia Civil, por sua vez, estava mais preparada e tinha um alvo. Na sexta-feira, dia 28, prendeu cerca de 40 lideranças do GDE. A maioria delas envolvida de alguma forma nos ataques, o que dá mais resultado do que as prisões feitas no local dos atentados. Nessas, normalmente só se consegue pegar a arraia miúda. Os que comandam utilizam adolescentes e jovens como bucha de canhão e ficam assistindo. Outra ação foi a transferência e isolamento de 257 membros importantes do GDE, cortando suas possíveis ligações com o exterior.

Ou seja, o Estado tomou várias medidas, mas com que eficácia? Como mencionamos anteriormente, as ações criminosas iriam mesmo esmorecer em alguns dias. Principalmente por falta de mão de obra, já que muitos são presos durante os ataques. E as prisões também desestimulam os colegas, fazendo o conflito entrar numa fase de acomodação. O problema é que ocorreram mais de 400 prisões em janeiro - e oito meses depois a mão de obra já estava reposta.

As prisões feitas pela Polícia Civil têm propensão a terem mais efeito, mas também não vão resolver o problema. A questão é que o GDE não é realmente uma organização, no sentido estrito da palavra. É bem pouco organizado. É uma associação criminosa com uma marca forte, a qual os membros têm orgulho de ostentar, mas é pouco piramidal. Portanto, a reposição das chefias é mais fácil. Evidente que eles possuem algumas lideranças maiores, mas mesmo o Comando Vermelho (CV), principal rival do GDE, é mais centralizado. Apesar de não ter uma liderança nacional, o CV possuiu, em alguns estados, chefes locais muito poderosos.

Já o Primeiro Comando da Capital (PCC), a terceira organização em número de filiados no Ceará, tem lideranças de todos os tipos: locais, estaduais, nacionais e por função. Por exemplo a Sintonia dos Gravatas, que cuida da relação da organização com os advogados, ou a Sintonia da Ajuda, que cuida das famílias dos membros presos.

Outro problema é que tanto o CV quanto o PCC não foram enfraquecidos. Ficaram de fora e vão se aproveitar dos resultados desse embate. Com tantos soldados e oficiais do GDE presos, certamente haverá uma reacomodação nos domínios de cada grupo.

Que é facilitada pela forma como se deu o ingresso dos criminosos nessas organizações. Além das afiliações corriqueiras obtidas nos presídios, em Fortaleza a divisão não é apenas entre os três grupos, mas também entre incontáveis quadrilhas que dominam algumas regiões pobres da cidade. Existe uma rivalidade muito grande entre elas, principalmente entre as da mesma vizinhança. Se uma adere ao GDE a rival do lado, distante poucas quadras, se liga ao CV ou PCC. Com a prisão de lideranças do GDE, é provável que algumas dessas gangues tenham que optar por um dos dois rivais, nem que seja para manter um contínuo fluxo de cocaína. E se uma opta pelo Comando Vermelho, sua rival tem de procurar amparo no PCC. Sendo assim, as rivalidades locais podem ajudar as organizações que ficaram de fora a obter mais espaço. E na cadeia, com as lideranças do GDE isoladas, sobram duas tendências distintas: surgirem novos líderes ou então de alguns aderirem ao Primeiro Comando que, além de fornecer mais proteção na cadeia, foi um aliado dos Guardiões.

Nunca é fácil delinear o futuro, muito menos propor soluções, mas o caminho não passa por mudanças no código penal, como sempre sugerem durante essas crises. Aumentar a punição não irá deter um jovem criminoso que acha que nunca vai ser pego. O caminho que a Polícia Civil começou a trilhar tem mais possibilidades de êxito. Investigar de forma perene cada uma das organizações e mostrar que as lideranças não ficarão impunes. Só assim será possível ao Estado do Ceará ganhar o terceiro e último round.

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-tema-da-semana-p527b>

